

Clipping - Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2011.

[COTIDIANO](#) / CAOS NA SAÚDE PÚBLICA

08.12.11 | 15h11 - Atualizado em 09.12.11 | 07h13

Terceirização do Pronto-Socorro gera protesto em Cuiabá

Segmentos ligados à Saúde tentam impedir gestão de OSS; Câmara aprovou proposta do prefeito Galindo

MidiaNews



O caos no atendimento do PSMC é crônico; prefeito quer se livrar do problema com a terceirização

**EUZIANY TEODORO
DA REDAÇÃO**

Os vereadores de Cuiabá aprovaram, na última terça-feira (6), a estadualização do Pronto-Socorro Municipal. A aprovação dá a oportunidade para que o Governo do Estado entregue o hospital a mais uma Organização Social de Saúde (OSS), modelo que já é adotado em outras cinco hospitais regionais em Mato Grosso.

No entanto, segmentos ligados à Saúde reprovam o modelo e já buscam meios de impedir a terceirização do PSMC. As organizações vieram para Mato Grosso por iniciativa do secretário licenciado de Saúde do Estado, Pedro Henry. Apesar de a Justiça ter considerado ilegal a medida, o secretário mantém os convênios.

Depois de vários debates a portas fechadas, na sala do presidente da Casa, vereador Júlio Pinheiro (PTB), o projeto foi aprovado na Câmara com 13 votos a favor, três abstenções e três votos contra.



Na quarta-feira (7), o Conselho Municipal de Saúde protocolou uma carta aberta no Ministério Público Estadual (MPE), informando sobre o trancamento de todas as pautas de deliberação do conselho.

A medida, que seria uma espécie de boicote ao prefeito Chico Galindo (PTB), que já sancionou a Lei Municipal, suspende, por exemplo, a avaliação do relatório de gestão do município e o planejamento das ações para 2012.

Em entrevista ao **MidiaNews**, o secretário de Saúde do município, Lamartine Godoy, comemorou a aprovação. De acordo com ele, as OSS's podem ser a melhor opção para Cuiabá. "Queria saber se alguém, nos últimos anos, está contente com a Saúde Pública. Estamos apenas usando uma alternativa", disse ele.

No entanto, desde maio, quando a prefeitura começou a cogitar a estadualização do Pronto-Socorro de Cuiabá, o conselho reprovou qualquer alteração no modelo de gestão da unidade.

Para os conselheiros, ao encaminhar a mensagem para a Câmara Municipal às pressas, o prefeito deixou claro que não se importa com as decisões do CMS e chega a atentar contra a democracia.

As pautas só voltam a ser discutidas nas reuniões do conselho quando a prefeitura abrir diálogo com os membros. "O Conselho tem competência assegurada pelo artigo 223 da Constituição do Estado para deliberar sobre questões de coordenação, gestão, normatização e acompanhamento das ações e serviços de saúde", afirmou a secretária do CMS, Maria Ângela Martins.

O Conselho Regional de Medicina também pretende tomar atitudes contra a estadualização do Pronto-Socorro de Cuiabá. De acordo com a presidente de CRM, Dalva Neves, em casos de urgência e emergência, especialidade do PSMC, a terceirização deve ser trabalhada com a maior cautela possível.

Segundo a médica, os pacientes podem ficar sem acesso ao atendimento, já que, nas policlínicas e postos de Saúde de Cuiabá, não há médicos, não há exames mais elaborados e, principalmente, não existe investimento suficiente por parte do poder público.

"Estamos estudando com assessores jurídicos e com o Ministério Público se há uma forma de intervir e impedir a estadualização", informou a presidente do CRM.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=3&idnot=71290>

COTIDIANO / COMBATE AO USO DO CRACK

09.12.11 | 08h37

Internação involuntária divide especialistas

Prevista em lei, internação pode ser feita a pedido de uma terceira pessoa

Defendida pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para usuários de *crack* com risco de morte, a internação involuntária não é novidade, mas ainda divide especialistas da área de saúde. Prevista em lei desde 2001, a internação ocorre sem o consentimento do paciente e a pedido de uma terceira pessoa - um parente, por exemplo.

Conforme a legislação, a internação involuntária precisa ser autorizada por um médico e informada, dentro de 72 horas, ao Ministério Público do estado. É diferente da compulsória, que depende de determinação da Justiça – e foi adotada pela prefeitura do Rio de Janeiro para menores de idade viciados em *crack*. O terceiro tipo de internação é a voluntária, com desejo do próprio paciente.

Durante o lançamento nacional do plano contra o *crack*, Padilha explicou que as equipes dos consultórios de rua - integradas por médico, enfermeiro e técnico de enfermagem – serão responsáveis por avaliar se o dependente químico precisa ser internado contra a própria vontade. A proposta do governo é passar dos atuais 92 consultórios para 308 nos próximos quatro anos, com foco nas cidades com população superior a 100 mil habitantes.

O diretor regional da Associação Brasileira de Psiquiatria no Centro-Oeste, Salomão Rodrigues, avalia como correta a manifestação de Padilha a favor da internação involuntária. Segundo ele, é a garantia de vida para quem perdeu a razão por causa do vício. “O paciente dependente de *crack* e comprometido precisa que alguém decida por ele. Ele está em um tratamento temporário. Não está sendo tirada a liberdade dele, mas garantido o direito à vida”, disse.

Depois do período de desintoxicação, que dura de dez a 15 dias, a maioria dos usuários de drogas passa a concordar com a internação, conta Rodrigues.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, teme uma banalização da internação involuntária pelos médicos. O psicólogo defende a linha de tratamento que leve o usuário a “entrar em um processo de cuidado com ele mesmo”, sem privá-lo da convivência familiar e dos amigos.

“Tenta-se convencer a sociedade que a melhor forma é a internação. Parece que o usuário de drogas perde todo o seu direito e a razão”, argumentou. “Se ele quiser sair, a gente não pode ser autoritário e dizer não. Não vamos abandonar essa pessoa e nem prendê-la”.



Apesar de prevista em lei, o professor de direito penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mauro Arjona, questiona se a internação involuntária pode ferir o direito de escolha do cidadão. “Há um princípio constitucional que diz que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei. Se a pessoa não quer ser internada, ela não pode ser. É um assunto delicado”, ponderou.

Não há dados exatos sobre o número de viciados em drogas, como o *crack*, no país. O Ministério da Saúde estima que existam 600 mil usuários de drogas. Em 2011, a rede pública prestou 2,5 milhões de atendimentos a dependentes de drogas e álcool, dez vezes mais do que há oito anos.

O plano do governo federal prevê ainda a criação de 2.462 leitos de enfermarias nos hospitais públicos para atender a usuários com crises de abstinência ou intoxicação grave e o funcionamento 24 horas, durante os sete dias da semana, dos centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSad).

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=3&idnot=71575>

09/12/2011 - 09h35

Hospital de Rondonópolis capta mais de 140 bolsas de sangue em Campanha

Redação 24 Horas News

Após avaliação e compilação dos dados referente à campanha de captação de doadores de sangue, a diretoria comemora os resultados, afinal em três dias de campanha foram captadas 145 bolsas de sangue dos 213 cadastrados que se disponibilizaram a praticar o ato voluntários.

No dia 23/11, a visita dos grupos “Loucos de Alegria” e “Operação Sorria” garantiu a animação da Campanha que tinha o objetivo de abastecer a Unidade de Transfusão do HRR, responsável por fornecer sangue para todos os pacientes do Hospital Regional Irmã Elza Giovanella – São Camilo.

No dia 24/11, os contadores de história marcaram presença na Campanha e no último dia, 25, um show cultural com Lindi, colaboradores do HRR, encerrou a primeira Campanha realizada pela São Camilo na gestão do Hospital. A programação da campanha contou com a parceria da Pastoral da Saúde.

“Nós comemoramos esse resultado que mostra que a população está disposta a contribuir e a salvar vidas. O estoque foi reforçado e a doação de sangue, nada mais é que um ato solidário e de doação a quem precisa”, afirmou a coordenadora do serviço de hemoterapia, Eslany Morais.

A Unidade de Transfusão do Hospital está aberta ao recebimento de doadores diariamente. Para ser um doador, a pessoa tem que ter boa saúde, idade entre 18 e 65 anos, mais de 50



quilos, tem de estar a pelo menos 24 horas se ingerir bebida alcoólica, não ter tido hepatite e outras doenças nos últimos 10 anos.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=396181>

08/12/2011 - 21h23

Mato Grosso chega a 9,5 mil casos de dengue registrados em 2011

Redação 24 Horas News

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT) divulga dados da dengue referentes ao período de 1º de janeiro a 08 de dezembro de 2011. A notificação de casos de dengue no período é de 9.581. Desse total, 42 foram notificados como casos graves de dengue. Até o momento foram notificados 6 óbitos confirmados.

Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso tem a notificação de 1.230 casos de dengue, sendo 19 de casos graves. Desses 19 casos graves registrados em Cuiabá apenas 13 são residentes na Capital. Outros cinco são residentes nos seguintes municípios do Estado: Tangará da Serra, Nova Brasilândia, Alto Paraguai, Guarantã do Norte e General Carneiro, cada qual com um caso e o caso de uma pessoa residente no Estado do Amazonas, em Manaus. Em Várzea Grande a notificação é de 359 casos de dengue.

Em Sinop a notificação é de 2.047 casos de dengue. E em Rondonópolis, a notificação é de 301 casos da doença.

ÓBITOS - Os municípios que tiveram a notificação de óbitos por dengue até o momento foram General Carneiro (um caso confirmado), Pedra Preta (um caso confirmado), Colíder (um caso confirmado), Torixoréu (um confirmado), Ribeirãozinho (um confirmado), Sinop (um confirmado), tangará da Serra (um em investigação), Várzea Grande (um em investigação).

As notificações de casos de dengue em Mato Grosso, no ano de 2010, de 1º de janeiro a 08 de dezembro, foram de 43.297 casos, sendo que Cuiabá notificou 4.332, Várzea Grande notificou 1.993 casos, Sinop notificou 3.201 casos e Rondonópolis 3.997 casos. Em 2011, as notificações neste mesmo período foram de 9.893 casos de dengue, em todo o Estado.

Segundo o superintendente de vigilância em saúde, Oberdan Lira, o Estado de Mato Grosso mantém o alerta no monitoramento sobre o novo sorotipo da dengue, o DEN 4 que tem circulação em alguns estado do País. "Em Mato Grosso ainda não se tem notificação de nenhum caso do novo sorotipo. O Estado estendeu o alerta aos 141 municípios".

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=396148>

DROGAS

Pesquisas auxiliam no combate

Da Reportagem



A importância das pesquisas sobre a entrada e consumo de drogas e a prevenção e recuperação do dependente químico foram alguns dos temas tratados ontem no 1º Fórum Estadual sobre Drogas. O evento começou na quarta-feira (07.12) e busca compilar políticas públicas antidrogas discutidas em 15 fóruns regionais de Mato Grosso. O Fórum Estadual segue até amanhã.

Para a coordenadora do Grupo de Estudos sobre Álcool e outras Drogas (Gead) da Universidade Federal de Pernambuco, Roberta Uchoa, são as pesquisas da realidade de cada Estado que vão oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas adequadas.

De acordo com a coordenadora do Conselho Estadual Antidrogas, Ana Elisa Limeira, os fóruns realizados até novembro deste ano colheram sugestões em cinco eixos: prevenção, tratamento, redução de danos, redução de oferta e estudos/pesquisas/avaliações.

Os Fóruns Regionais foram criados para diagnosticar a realidade e possibilitar a construção de políticas sobre drogas adequadas ao Estado. “Muitas ações já estão em andamento, como campanhas institucionais veiculadas na mídia, uma pesquisa divulgada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas e a compra de 230 vagas em 12 instituições terapêuticas do Estado”, afirmou.

A conselheira do debate sobre drogas de Sinop, Cláudia de Souza, explicou que uma das sugestões da cidade para o fórum é a prevenção realizada dentro do ambiente escolar, em parceria com as secretarias de educação de cada município. O evento conta com a participação de várias Secretarias de Estado e o apoio de instituições como o Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Polícia Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros. (Com Assessoria)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=403440>

DENGUE

Prefeitura aperta o cerco a terrenos

Neste ano, fiscais já emitiram 1.200 notificações contra proprietários dos terrenos baldios que servem como depósito de lixo e focos da dengue





JOANICE DE DEUS

Da Reportagem

Cuiabá possui 100 pontos de descarte de resíduos domésticos e de construção irregulares, mais conhecidos como bolsões de lixo: um problema ambiental que acarreta inúmeros vetores nocivos à saúde pública, como a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

No início desta semana, a Capital foi citada pelo Ministério da Saúde como possível foco de uma epidemia de dengue. Os bairros que têm o maior índice do mosquito são Jardim União, Pedra 90, Grande CPA, Santa Isabel, Novo Paraíso e Alvorada.



Terrenos baldios em Cuiabá: eles estão em toda a parte da cidade - e são um convite ao mosquito transmissor da dengue

“Esses pontos estão espalhados por todas as regiões de Cuiabá. Deles, em média, retiramos 600 toneladas de lixo por mês”, informou Leonardo Oliveira, diretor de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf).

Até por conta das festas de fim de ano, período em que costuma aumentar a produção de resíduos domésticos, a Seminf pretende ampliar o número de veículos que fazem a coleta na cidade. Conforme Oliveira, hoje são duas pás-carregadeiras e cinco caminhões. “Queremos colocar mais uma pá-carregadeira e dobrar o número de caminhões”, disse.

Neste ano, fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assuntos Fundiários (SMAAF) já emitiram 1.200 notificações contra proprietários dos terrenos baldios que servem como depósito de lixo. Segundo o coordenador do setor da Smaaf, Antônio Carlos de Oliveira, até motoristas de caminhões que carregam caçambas despejam irregularmente restos de materiais de construção pela cidade.

“Já tivemos uma reunião com os caçambeiros para discutir esse problema. Estamos fiscalizando e autuando. Pedimos à população que nos ajude, anotando a placa do caminhão e denunciando”, pediu. As reclamações podem ser feitas pelo telefone 0800-647-5330.

Outra preocupação é quanto à existência de ferro velhos, que são locais que recolhem objetos velhos, mas que os deixam expostos ao ar livre, virando pontos de acúmulo de água da chuva e conseqüentemente servindo de criadouro para o *Aedes aegypti*. “A legislação é clara. São proibidos locais que possam manter água estagnada como pátio, estacionamento e piscina”, disse o coordenador, informando que ainda ontem seria feita uma fiscalização no pátio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), para onde são levados veículos apreendidos, a maioria sucatas.

Conforme Antônio Carlos, após a notificação o responsável tem um prazo para adotar as providências necessárias. “Uma piscina, por exemplo, tem que resolver o problema em no



máximo dois dias”, observou. Antônio Carlos diz que o objetivo do órgão municipal não é multar, mas orientar e conscientizar a população para que mantenha terrenos ou os próprios quintais de suas casas limpos. Porém, a multa para quem descumpra a legislação pode chegar a R\$ 5 mil.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=403445>

Nacional

Quinta, 08 de dezembro de 2011, 15h12

APROVADA

Lei garante cirurgia plástica para mulheres vítimas de violência

Gostou do conteúdo então divulgue

Agência Brasil

Mulheres vítimas de violência poderão fazer cirurgia plástica, sem custos, para reparar sequelas ou lesões causadas pela agressão. É o que prevê o projeto de lei aprovado nesta quinta-feira (8), no Senado, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A matéria foi aprovada em caráter terminativo e agora pode seguir para sanção presidencial.

De acordo com a Agência Senado, a realização das cirurgias será responsabilidade dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), sejam próprios, contratados ou conveniados. No momento em que receberem as mulheres vítimas de violência, hospitais e centros de saúde pública deverão informá-las sobre a possibilidade de acesso gratuito à cirurgia plástica.

Para isso, será necessário apresentar o registro oficial da ocorrência da agressão. Emenda apresentada ao texto prevê ainda que o responsável por hospital ou posto de saúde que não observar a regra poderá receber multa de dez vezes o valor de sua remuneração mensal, perder a função pública e ficar proibido de receber incentivos fiscais por quatro anos.

Segundo a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), relatora do projeto, o direito à reparação, por sequelas de violência contra a mulher, já está garantido na Lei Orgânica da Saúde, mas precisava de lei específica porque, em geral, costuma ser ignorado pelos gestores públicos. Muitas unidades de saúde enxergam o procedimento como supérfluo por envolver questões de cunho estético, de acordo com a senadora.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/4/materia/304518>



Cidades

Quinta, 08 de dezembro de 2011, 11h51

Definida OSS que gerenciará hospital de Alta Floresta

Gostou do conteúdo então divulgue

Redação do GD/ Só Notícias

O Instituto Social Fibra gerenciará, a partir do próximo ano, o hospital Albert Sabin. O chamamento público, anunciado no mês passado, teve as propostas abertas nesta quarta-feira (07) e o resultado divulgado em Diário Oficial que circula nesta quinta-feira (08). Conforme a decisão, a organização com escritório em São Paulo e filial no Rio de Janeiro, atende os critérios estabelecidos para desempenhar a administração.

O novo modelo de gestão está previsto para iniciar já em janeiro e, a expectativa é que, no mínimo, 410 atendimentos ocorram ao mês, após a ativação completa de todos os serviços. Trabalhos de urgência e emergência deverão funcionar 24 horas por dia, todos os dias. A meta é que 1,4 mil pacientes sejam atendidos ao mês, progressivamente até março de 2012.

Atualmente, o hospital, considerado de médio porte, atende com 78 leitos, sendo 45 para internação; três de UTI adulto; quatro neonatal; 20 de observação no Pronto Socorro; três salas de cirurgias e três de Recuperação Pós Anestésica (RPA), no centro cirúrgico. A capacidade é para atendimentos de média e alta complexidade. Mensalmente, cerca de 2,3 mil procedimentos entre simples até complexos são realizados.

Para hoje, está programada a abertura das propostas de trabalho das organizações sociais inscritas para administrar o hospital regional de Colíder.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/304504>

Piso da saúde sobe cerca de R\$ 5 bilhões em 2012 com emendas parlamentares

Notícias - Nacionais

Sex, 09 de Dezembro de 2011 00:00

Valor pode ser ainda maior com a inclusão de emendas das bancadas estaduais. Apesar de o

Orçamento indicar um gasto mínimo na área, governo pode contingenciar parte desse valor.

Um dia após o Senado aprovar a regulamentação dos gastos mínimos com saúde pública (Emenda 29), a Comissão Mista de Orçamento deu início nesta quinta-feira (8) à discussão sobre os recursos para a área no próximo ano. A atuação de deputados e senadores, por meio de emendas, deverá elevar as despesas mínimas com ações e serviços públicos de saúde em cerca R\$ 5 bilhões, um valor recorde nos últimos anos. No total, o piso da saúde (valor mínimo que deve ser gasto nas ações de saúde, segundo o Orçamento) deve se aproximar de R\$ 85 bilhões, frente aos R\$ 79,6 bilhões previstos no projeto orçamentário (PLN 28/11).

O valor é 17,5% maior do que os R\$ 71,5 bilhões empenhados neste ano. O crescimento foi motivado pela prioridade que deputados e senadores decidiram dar à saúde, por meio de emendas parlamentares, incluído as de [iniciativa popular](#), apresentadas por municípios com até 50 mil habitantes. Não é a primeira vez que os parlamentares focam a área, mas o valor deste ano é o maior de períodos recentes.

Os números foram apresentados pelo relator setorial da área de Saúde, deputado Rui Costa (PT-BA), durante a leitura do seu parecer na comissão. Ele ressaltou a atuação parlamentar e afirmou que o acréscimo na área poderá ser ainda maior, pois o relator-geral da proposta orçamentária, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), vai distribuir recursos para as bancadas estaduais, e parte poderá ir para saúde. “O valor final deve ficar R\$ 6 bilhões ou R\$ 6,5 bilhões maior”, afirmou. “É um esforço do Congresso para, sem a introdução de um novo tributo, elevar os gastos com saúde”.

Contingenciamento – Apesar do ganho, alguns parlamentares enfatizaram que o crescimento poderá não ser totalmente aplicado na Saúde. De acordo com a Emenda Constitucional 29/00 – cuja regulamentação foi aprovada pelos senadores nesta quarta, após [passar pela Câmara](#) –, o valor mínimo de gastos da União com saúde deve ser equivalente ao montante empenhado no ano anterior, acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior.

Aplicada para 2012, essa regra produz um piso de R\$ 79,9 bilhões. Essa é a dotação que o governo é obrigado a realizar em ações de saúde no próximo ano. Não há obrigatoriedade legal de execução sobre o que passar desse valor, mesmo o Orçamento indicando um piso maior. Nesse caso, os R\$ 5 bilhões já acrescidos pelos parlamentares podem acabar entrando

no contingenciamento, que é anunciado todo início de ano.

Essa questão levou o presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), a afirmar que o crescimento dos recursos para o próximo ano ainda não deve ser comemorado. “Não dá para dizer que o piso foi melhorado e nem que haverá mais dinheiro na área federal”, disse. Segundo ele, a regulamentação dos gastos com saúde, somada à atuação parlamentar por meio das emendas, representa uma “vitória parcial, e não vai mudar muito a vida do cidadão”.

Demais relatórios – O relatório setorial da Saúde foi lido na Comissão de Orçamento após um acordo fechado entre os líderes partidários no colegiado. Com o acordo, três relatórios setoriais e o parecer do Comitê de Admissibilidade de Emenda, de autoria do seu coordenador, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), foram lidos e discutidos nesta quinta. A votação foi transferida para a próxima semana, quando os sete relatórios setoriais restantes devem ser também discutidos e votados.

Além da Saúde, foram debatidos os relatórios das áreas de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, apresentado pelo deputado Giroto (PMDB-MS); e de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, a cargo do senador Cyro Miranda (PSDB-GO). Os três receberam, respectivamente, 55, 45 e 54 destaques, que entrarão na pauta de segunda-feira (9), quando a comissão retoma a análise da proposta orçamentária, às 19 horas.

Até as 15 horas desta quinta ainda faltavam ser entregues os relatórios das áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente, do deputado José Priante (PMDB-PA); Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE); e Trabalho, Previdência e Assistência Social, do deputado Efraim Filho (DEM-PB). O prazo de entrega se encerra hoje. Pelas normas regimentais, o relator setorial que não apresentar o relatório no prazo será destituído, e substituído pelo relator-geral.

Fonte: www.portaldoconsumidor.com.br

<http://www.brasilsus.com.br/noticias/nacionais/110930-piso-da-saude-sobe-cerca-de-r-5-bilhoes-em-2012-com-emendas-parlamentares.html>

[Nacional](#)



Governo lança programa de combate ao crack



210 mil professores serão treinados para lidar com estudantes viciados

O governo federal lançou hoje um conjunto de ações para o enfrentamento ao crack, com previsão de investimento de R\$ 4 bilhões até 2014. As ações estão estruturadas em três eixos – cuidado, prevenção e autoridade – e serão desenvolvidas de forma integrada com estados e municípios.

No eixo cuidado estão previstas iniciativas para ampliar a oferta de tratamento de saúde aos usuários de drogas e a qualificação de profissionais. Será criada a rede de atendimento Conte com a Gente, com estrutura diferenciada para atender pacientes em diferentes situações e auxiliar dependentes químicos na superação do vício e na reinserção social.

Outra ação na área de cuidado será a criação de enfermarias especializadas nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), com investimentos de R\$ 670,6 milhões para a criação de 2.462 leitos exclusivos para usuário de drogas.

Esses leitos serão usados para atendimentos e internações de curta duração durante crises de abstinência e em casos de intoxicações graves. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para estimular a implantação desses espaços, o valor da diária de internação repassado pela pasta aos estados e municípios poderá ser quatro vezes maior – de R\$ 57 para até R\$ 200.

“É muito bom ter um plano que tem o cuidado como grande prioridade. Temos que distinguir o que precisa ser distinto. O que precisa de repressão é o traficante e o contrabando. O usuário precisa de serviços abertos”, disse Padilha.



O eixo prevenção terá foco nas escolas, nas comunidades e na comunicação com a população. Serão capacitados 210 mil educadores e 3,3 mil policiais militares para atuarem na prevenção ao uso de drogas em 42 mil escolas públicas. Líderes comunitários também devem receber capacitação até 2014.

Serão feitas ainda campanhas específicas para informar, orientar e prevenir a população sobre o uso do crack e de outras drogas.

No eixo autoridade, as ações policiais se concentrarão em duas frentes: nas fronteiras e nos centros consumidores. Entre as metas estão o policiamento ostensivo nos pontos de uso de drogas das cidades e a revitalização dos espaços que são reconhecidamente pontos de consumo.

O eixo prevê ainda a atuação integrada das polícias estaduais com as polícias Federal e Rodoviária Federal na área de inteligência e investigação para identificar e prender traficantes e desarticular organizações de tráfico de drogas.

“Não podemos ignorar essa realidade. Precisamos enfrentá-la”, disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. “As equipes serão treinadas para orientar os usuários a procurar o serviço de saúde à disposição. As ações só começarão quando o serviço de saúde tiver condições de atender as pessoas”, acrescentou.

Agência Brasil – Publicado em : 07/12/2011 às 15:28

<http://www.folhadoestado.com.br/noticia/13321/governo-lanca-programa-de-combate-ao-crack>

GERAL

09 de Dezembro de 2011 - 09:12

Especialistas divergem de danos à saúde provocados por agrotóxicos

Fonte: Agência Brasil

Instituições de pesquisa brasileiras têm se dedicado a monitorar os efeitos que a exposição ao agrotóxico e o consumo de alimentos contaminados podem ter na saúde dos trabalhadores rurais e na população. Algumas pesquisas associam as substâncias a intoxicações graves e a casos de câncer.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fará estudo para analisar o leite de 150 mães com o objetivo de identificar a concentração de agrotóxicos em 15 estados. Essas substâncias tendem a se acumular na gordura e no tecido adiposo do corpo humano. Por esse motivo, o leite materno, rico em gordura, foi escolhido como objeto da pesquisa.



Não é a primeira vez que o leite materno é usado para medir a quantidade de agrotóxico a que a população de uma localidade está exposta. Uma pesquisa desenvolvida, em 2010, por médicos e professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) revelou resíduos de mais de um tipo de agrotóxico no leite materno de residentes em Lucas do Rio Verde, município produtor de grãos, situado ao norte do estado. Em 2006, a cidade sofreu uma pulverização de agrotóxico que se espalhou pela área urbana provocando prejuízos a produtores rurais e problemas de saúde em crianças e idosos, tema de uma série especial da Agência Brasil.

Das amostras coletadas de 62 mães, os pesquisadores encontraram resquício de agrotóxico em todas elas. Na maioria, foi detectada a presença de dois a quatro tipos de substâncias. Foram identificados resíduos de DDE, agrotóxico proibido há mais de uma década no Brasil. Outro produto identificado foi o endossulfan, que será banido do país a partir de 2013, por ser tóxico a trabalhadores e à população.

Segundo os pesquisadores, o leite contaminado é ingerido pelos recém-nascidos, que são mais vulneráveis aos agentes químicos.

"Boa parte dos agrotóxicos é cancerígena, causa má-formação do feto, distúrbios neurológicos e endócrinos. A segunda causa de morte no Brasil é câncer, tudo relacionado à poluição química nos alimentos, não somente os agrotóxicos, mas os solventes e metais pesados", diz o especialista em saúde coletiva da UFMT, Wanderlei Pignati.

Há quatro anos, a médica e professora do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará (UFCE) Raquel Rigotto se dedica a avaliar o impacto do agrotóxico na saúde de 540 trabalhadores rurais, pequenos agricultores e assentados que vivem na Chapada do Apodi, região produtora de frutas.

Nesse período, a pesquisadora observou que um terço das pessoas analisadas apresentou alterações em células sanguíneas, o que pode representar risco de desenvolvimento de uma leucemia no futuro. "A gente pode fazer a correlação entre agrotóxico e câncer", disse.

De acordo com Raquel Rigotto, dois terços do grupo avaliado queixaram-se de problemas no sistema neurológico. "Dor de cabeça, tremores e dificuldade de memória são sintomas relacionados a casos de intoxicação", disse a pesquisadora. Na comparação entre três municípios da chapada e 12 cidades do mesmo porte em outras regiões, os pesquisadores constataram 40% mais casos de aborto espontâneo entre as mulheres que vivem no Apodi.

Porém, os efeitos dos agrotóxicos na saúde não são consenso entre os especialistas. Nos últimos dez anos, equipes de médicos da Universidade de Campinas (Unicamp) acompanharam o estado de saúde de 10,5 mil trabalhadores rurais em 20 municípios da região, no estado de São Paulo.

Do total, 905 passaram por uma bateria de exames por apresentarem suspeita de algum dano provocado por agrotóxico. O resultado final não apontou intoxicação. "O diagnóstico foi de exposição de longo prazo a agrotóxico, sem nenhum efeito à saúde", diz Angelo Trapé, coordenador da área de saúde ambiental da Unicamp.



Saúde em Foco



Em 30 anos de trabalho sobre o tema, Trapé conta que nunca atendeu paciente com intoxicação por agrotóxico devido à ingestão de alimento contaminado.

O coordenador atribui a queda nos casos de intoxicação ao uso de equipamentos de proteção pelos trabalhadores e também de tecnologias modernas para o plantio. "Apesar de o Brasil ter aumentado o consumo de agrotóxicos, o número de ocorrências por intoxicação tem diminuído drasticamente. Temos tecnologia para proteger os agricultores", argumenta.

A Associação Nacional de Defesa Vegetal, que representa parte dos fabricantes dos produtos, também rebate pesquisas que mostram danos à saúde. "Os especialistas desconhecem evidências científicas de que, quando usados apropriadamente, os defensivos agrícolas causem efeito negativo à saúde, tanto dos agricultores quanto dos consumidores. As quantidades residuais em alimentos são insignificantes; tanto que são analisadas em PPM, isto é, partes por milhão. Portanto, são centenas de vezes menores do que as quantidades de outras substâncias, químicas e orgânicas, não testadas, que as pessoas consomem regularmente", destaca material divulgado pela entidade.

<http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/141177/especialistas-divergem-de-danos-a-saude-provocados-por-agrotoxicos>